

## Provisoriedade e Vínculo nas Instituições-Abrigo: A Potencialidade dos Encontros

Cristina Almeida de Souza  
Cristina Maria Banduk Seguin  
Flávia Blay Levisky  
Lia Lima Telles Rudge  
Sandra Ungaretti

O tema desse artigo - Provisoriedade e Vínculo – aproxima dois termos que para o senso comum, e até mesmo para alguns autores da psicanálise, parecem incompatíveis. No entanto, são duas palavras que comparecem quando nos referimos ao acolhimento institucional de crianças. Qual significado é dado ao provisório e à vinculação neste contexto? Que efeitos seu entendimento acaba produzindo nas relações de trabalho e junto às crianças que aí se encontram?

O objetivo deste trabalho é pensar sobre os sentidos dos termos provisoriedade e vínculo nas complexas relações vividas no contexto de acolhimento, a partir da análise da narrativa de um educador sobre a história de uma criança que está sob os cuidados do abrigo em que ele trabalha.

Os desenvolvimentos teóricos no campo da psicologia em geral, e da psicanálise em particular, levaram por um lado, à compreensão de que o trabalho junto às crianças nas instituições de acolhimento pode se debruçar sobre suas necessidades de pertencimento, de vinculação, mas também de separação. Porém, para muitos, isso só seria possível se condicionado à maior duração do período de acolhimento das crianças e dos adolescentes no abrigo.

Por outro lado, muitos estudos ao tomarem como objeto o regime disciplinador, controlador e autoritário que caracterizou estas instituições num passado recente, mostraram os prejuízos da massificação e da ausência do convívio familiar e comunitário ao desenvolvimento dessas crianças e adolescentes. Esses estudos vieram reforçar outras justificativas para o caráter de *provisoriedade* expresso na Lei – Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal promulgada em 1990, conhecida como ECA.

**O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade. (Art.101 – Parágrafo Único)**

Desde então, os termos *provisoriedade* e *transitoriedade* marcam as instituições-abrigo. Nessa definição do ECA, o abrigo é uma medida sendo a ela associado o atributo provisório. O mesmo ocorre com o termo *transição*, também relacionado à medida. Esses termos aproximam-se em relação ao sentido de passageiro, de curta duração.

O conceito de *provisoriedade* leva a uma expectativa de que algo definitivo ou melhor virá substituir a situação atual. Aquilo a que o atributo provisório se liga pode ficar com a conotação de menos valia, porque algo melhor virá substituí-lo. O termo *transitório*, além de passageiro, traz a idéia de trânsito, de passagem, de trajeto.

Destacamos ainda que sendo uma “...*medida (...), utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta...?*”, a Lei busca garantir o direito da criança e do adolescente à convivência familiar e muitos esforços são orientados para a efetivação deste direito.

Reconhecer, portanto, a família como o lugar privilegiado de desenvolvimento dessas crianças tem produzido, muito frequentemente, uma correlativa desvalorização do acolhimento institucional. Há, não raramente também, um deslizamento do sentido de *provisoriedade*, que se enlaça às marcas trazidas pela história dessa instituição, vindo a constituir tal desvalorização. É comum o fato dos profissionais de abrigo representá-lo e se representarem de forma depreciativa e suas justificativas se remetem à *provisoriedade* “do acolhimento”.

Quando a valorização da família e o princípio de *provisoriedade* se ligam e resultam na desvalorização do abrigo, as ações de desacolhimento tendem a acontecer de forma precipitada e a desconsiderar o caso a caso. O caso de José, um menino em acolhimento, pode nos ajudar a pensar a tensão entre os termos *provisoriedade* e vínculo.

José foi trazido para ser atendido por nossa equipe do Grupo Acesso há dois anos, quando contava com oito anos de idade. Encaminhado ao acolhimento institucional pela

primeira vez aos quatro anos, estava neste abrigo há dois anos e meio. Nesse período, José foi “devolvido mais de três vezes” por famílias adotivas.

Desde o início, esse atendimento exigiu, além da análise da criança, intervenções com alguns dos responsáveis por ela – a técnica do fórum, o gestor e a técnica do abrigo – a fim de inaugurar novas formas de pensar que pudessem interromper o circuito de repetições – adoção/ devolução, vinculação/abandono.

Nessas interlocuções analisamos que todos no conjunto dessas relações, agiam comprometidos com o bem estar da criança. Entretanto, cada protagonista, à *revelia* do que se pretendia, acabava por promover essas mesmas repetições, inclusive José.

Constatamos que, para todos os envolvidos, havia uma total descrença na potencialidade do acolhimento institucional se constituir como um lugar promotor de saúde para José, como se a família fosse o único lugar para isso. Por exemplo, os profissionais do abrigo, apostavam que toda manifestação de expulsão e de hostilidade de José, muito marcante em sua forma de expressão, seria anulada pelo afeto que José receberia da família que o adotasse. Com isso, esses profissionais muitas vezes identificados com uma concepção da instituição abrigo como lugar de abandono, de falta e de insuficiência, perdiam a dimensão do valor e relevância de seu lugar junto às crianças em acolhimento institucional, deixando de reconhecer os vínculos afetivos que efetivamente haviam estabelecido com José.

Os profissionais da Vara da Infância agilizavam os processos de adoção, levando em conta o fato de que as crianças de pouca idade têm mais chances de serem adotadas. As famílias que se candidataram a adotar José, movidas por seu desejo, mas também pelo desejo dos profissionais da Vara e do abrigo de colocarem esta criança em uma família, acabavam não considerando suas próprias questões relativas à adoção. Por repetidas vezes, José explicitava seu desejo de estar no convívio com a família candidata, mas quando lá se encontrava, por motivos que respondem à sua história de abandono e rupturas amorosas, atuava de modo a dificultar sua permanência, o que acabava contribuindo para culminar em suas “devoluções”.

Desta maneira, a adoção de José, no jogo das relações imaginárias, nas malhas dos dispositivos institucionais criados para agenciá-la, acaba em sucessivos fracassos.

•

Passemos a considerar, por um breve recorte, o que a psicanálise nos diz a respeito dos vínculos e da transitoriedade.

Para Winnicott (1994), a estabilidade ambiental e a continuidade dos cuidados oferecidos nos primeiros anos de vida de uma criança são fundamentais para que a criança possa vir a ter a capacidade de construir novos vínculos; para a constituição do sentimento de segurança e confiança em si mesma, em relação ao outro e ao meio; para o desenvolvimento de autonomia e auto-estima e da capacidade para tolerar frustrações e angústias, dentre outros aspectos.

Em sua experiência de acolhimento à crianças durante a II Guerra Mundial, Winnicott observou que muitas delas nunca haviam tido a experiência de um ambiente primário estável, ou seja, responsivo às suas necessidades especiais e que, caberia ao abrigo fornecer a elas essas experiências, que por serem tardias, precisariam ter a duração de alguns anos. Para esse autor, a estabilidade é central para a vida das crianças nos abrigos. Ele destaca seu aspecto fundamental: adultos que juntos, assumam a responsabilidade pela criança. Assim, ela poderá expressar seu impulso para abandoná-los e sentir alívio por não conseguir fazê-lo. Poderá descobrir que suas idéias agressivas não conseguem realmente destruir e, por conseguinte, diferenciar fantasia e realidade. Poderá amar e odiar a mesma pessoa e assim sentir culpa e desejo de reparar. Essa estabilidade não deveria depender da capacidade das crianças para criá-la ou mantê-la.

Winnicott tem uma concepção do abrigo como um lugar de cuidado e não de abandono, capaz de promover experiências fundantes e reparatórias no psiquismo da criança. Quando a família, por algum motivo, não pode oferecer estas condições, outros adultos podem ocupar o lugar de atenção e cuidado, desde que possam investir e envolver-se com a criança.

Marin (1999) conclui que os abrigos podem propiciar boas condições para as crianças se desenvolverem. Para isso os profissionais deveriam relativizar o modelo de família como único possível, bem como precisariam lidar com o desamparo dessas crianças e com o deles próprios. Assim, poderiam valorizar o seu lugar de educador e oferecer à criança possibilidades de entrar em contato com a sua história, elaborar as suas experiências e se abrir para outras perspectivas de futuro.

Ao encaminhamento apressado dessas crianças para o convívio com uma família podem ser dadas muitas explicações de várias ordens, entre elas a que pode refletir uma

defesa dos profissionais contra a angústia do desamparo, inerente a todo humano, provocado pelo contato com as perdas e rupturas vividas pelas crianças. Observamos no trabalho com os educadores que muitos deles, julgam mal a família que coloca a criança no abrigo e que idealizam fortemente a família adotiva que virá restaurar todas as perdas sofridas por ela.

A família idealizada não é feita de pais ou mães reais, porque esses são imperfeitos e nunca realizam todos os desejos das crianças. São pais e mães perfeitos, aqueles que todos nós gostaríamos de ter tido na infância. A família que coloca a criança no abrigo ameaça o mito de família ideal que sobrevive no inconsciente de cada um de nós. Para salvar o mito os educadores colocam todos os créditos na família adotiva. Isso dificulta a possibilidade de captarem o tanto que eles podem significar para estas crianças, *mesmo não sendo família*, mas exercendo a função parental.

Observa-se por outro lado, que muitos profissionais se valorizam positivamente na convivência com essas crianças. Entretanto, diante do princípio de *transitoriedade* perguntam: Quais as possibilidades de favorecerem o desenvolvimento dessas crianças que “estão de passagem”? Como se ligar afetivamente à criança, que logo será desabrigada, e da qual, logo deverão se desligar? Não é nada simples do ponto de vista psíquico investir grande energia numa relação fadada ao término.

Para Freud, em *Sobre a Transitoriedade* (1915), o psiquismo humano se rebela contra a idéia de fim, de luto por algo perdido, rebelião contra a morte. Há uma tendência no humano de ver na transitoriedade um impedimento ao gozo e desfrute de tudo o que esteja fadado ao fim. Freud faz uma reflexão sobre o luto, assinalando que o desprendimento da libido de seus objetos tende a ser um processo doloroso, pois a libido se aferra a eles. No entanto, no luto normal, ao renunciar a tudo que se perdeu a libido, agora novamente em liberdade, trata de substituir os objetos perdidos por outros novos, que se tornarão tanto ou mais valiosos que aqueles. Afirma, na contramão da tendência à desvalorização do efêmero, que o caráter transitório de certos acontecimentos, ao invés de desvalorizá-los, incrementa seu valor; as limitadas possibilidades de usufruí-los tornam-os ainda mais preciosos.

Boris Cyrulnik (2005), psiquiatra e psicanalista francês, trabalha com a idéia de trauma e com as condições que favorecem a retomada do desenvolvimento após o mesmo. Para ele, após um acontecimento traumático, o sujeito não é mais o mesmo: “*o traumatismo inscrito na memória passa a fazer parte da história do sujeito como um fantasma que o acompanha*” (p.7).

Esse autor destaca que a potencialidade traumática e desorganizadora da experiência não está nela “em si”, no real, mas na forma como o sujeito a vive e a significa, a qual depende tanto da história individual de cada um, quanto dos recursos oferecidos pelo contexto sócio cultural de pertencimento. Cyrulnik afirma a importância do modo como os adultos próximos da criança puderam ou não absorver o impacto do acontecimento traumático. Quando o adulto próximo é brutalmente atingido pelo acontecimento e não consegue absorver o impacto traumático, a criança fica mais exposta aos efeitos desorganizadores que impedem possíveis simbolizações.

Aquilo que a criança encontra em seu meio, ao seu redor após a experiência traumática, faz toda diferença em relação ao modo com que ela continuará a desenvolver sua narrativa sobre si mesma. Assim, quando um ambiente familiar é deficiente, outros contextos seja no bairro, na comunidade, em espaços culturais, esportivos, ou profissionais, podem apresentar outras maneiras de viver e podem propiciar condições para que novos “acontecimentos significativos” ocorram. Para Cyrulnik, o *acontecimento significativo* “... é uma inauguração, como um nascimento para a representação de si mesmo” (p.15). Ele muda a narrativa do sujeito sobre si mesmo, tendo o efeito de reparação de uma ruptura.

O autor considera que algumas vezes o ambiente familiar pode ser destrutivo para a criança e se torna necessário o seu afastamento para protegê-la. Nestes casos, a separação da criança de sua família a protege, mas não cuida de seu traumatismo. Para que a criança possa retomar seu desenvolvimento, o acolhimento no fazer de seus profissionais, precisaria tornar-se um acontecimento significativo.

•

Após estes breves recortes teóricos, voltaremos à nossa proposta inicial de pensarmos sobre os sentidos dos termos provisoriedade e vínculo nas complexas relações vividas no contexto de acolhimento pela análise da narrativa de uma educadora sobre a história de uma criança sob os cuidados do abrigo em que ela trabalha.

Passemos a apresentá-la na íntegra:

*Maria foi encontrada pelo conselho tutelar em um terreno baldio ocupado por moradores de rua, junto com vários usuários de drogas. Nenhum dos presentes era responsável por ela; a mãe não estava e ninguém deu maiores informações.*

*Ela veio diretamente do conselho tutelar e ficamos então sabendo que a mãe é moradora de rua e que não sabe quem é o pai de sua filha. Estava em dúvida entre um homem casado de uma família de classe média e um senhor de 78 anos morador de rua. Até agora não temos maiores informações sobre a mãe, pois anda sumida.*

*No início do ano X, recebemos Maria em nossa instituição, , uma criança de 2 anos , com a saúde extremamente debilitada. Apresentava alguns problemas respiratórios, pulmão cheio, más condições de higiene. Apresentava também comportamento arisco; evitava contato com os educadores e com as outras crianças, chorava e gritava quando a pegavam no colo, rejeitando qualquer tipo de contato. Fugia do contato com as demais crianças, resistindo à alimentação sólida e aos cuidados de higiene.*

*No meio da noite saía da cama e ia para o chão frio sem nenhuma cobertura. Acordava à noite chorando muito e quando percebia que tinha alguém ao seu lado se acalmava. Os educadores sempre a colocavam de volta na cama, mas ela insistia e ia para o chão. Até que colocamos um colchão no chão da sala para ela dormir. Seu sono era conturbado e sempre estava chorando.*

*Havia também um comprometimento na fala. Ela chegou com dificuldade em aprender novas palavras e em pronunciar palavras simples, diferente de outras crianças da mesma idade.*

*Seu comportamento era agressivo; batia nas outras crianças e rejeitava toda a ajuda dos educadores na alimentação e na hora de se vestir. Sempre teve autonomia para comer e se vestir sozinha. Quando os educadores iam ajudá-la, ela chorava e gritava até que eles se afastassem. Na época Maria era a única criança pequena que nós atendíamos, e isso fazia com que todos os educadores e educandos tivessem um cuidado especial com ela.*

*Diante de todas essas dificuldades, precisávamos de uma equipe de educadores que pudesse atender esses cuidados da Maria. Tivemos várias reuniões entre os funcionários para chegar ao método que deveríamos trabalhar com ela. Encaminhamos para fonoaudiólogo e ela participou de atendimentos com psicólogos e psicopedagogos no abrigo.*

*O Abrigo mantém uma rede muito grande de voluntários ativos. Alguns desses voluntários estão semanalmente na casa e acompanham o dia-a-dia dos atendidos. Pedro e Luiza são um desses vários casais de voluntários que trabalham há alguns anos na instituição. Eles sempre tiveram contato com todas as crianças, mas nunca demonstraram intenção de adotar. Assim que a Maria chegou, eles a trataram como uma das outras, tentando incluí-la nas atividades que eles propunham e assim se criou um vínculo a mais. Uma coisa que deve ficar clara é que o casal Pedro e Luiza nunca manifestou interesse em adoção nos anos em que atuou no Abrigo.*

*Nesse período, Maria teve uma ótima melhora, relacionava-se e brincava com todas as outras crianças e com os outros educadores. Houve uma mudança positiva que ficou visível para todos no abrigo.*

*No fim do mês de Julho do ano X, tivemos na instituição um surto de uma doença contagiosa. Recebemos a visita da vigilância sanitária e o abrigo foi parcialmente fechado para visitas. Tivemos um total de 8 crianças diagnosticadas doentes e quase metade dos funcionários. Maria foi uma dessas que ficaram doentes. Só que o seu caso foi bem mais grave devido à idade. Vimo-nos numa situação difícil: dar conta de cuidar dessas crianças, com uma falta grande de funcionários na nossa grade de funcionamento. Informamos a Vara da situação do abrigo e não tivemos um breve retorno.*

*O abrigo encaminhou Maria para o casal Pedro e Luiza e informou a Vara da atitude que estava tomando. O casal se prontificou a ficar com a menina na casa deles durante o tempo em que estivesse doente. Assim eles supriam todo o cuidado e carinho que ela precisava, e também davam todo o suporte caso precisasse de algum medicamento. Todo esse tempo o casal foi orientado e acompanhado pelo abrigo.*

*Antes de Maria ir para a casa do casal, tivemos uma conversa com eles sobre vários pontos. Eles sempre conversavam com Maria sobre a situação dela, explicando que estava*

*doente, que eles iriam cuidar dela e que depois ela ia voltar para o abrigo quando estivesse melhor.*

*Passado um mês desse surto na instituição, recebemos da Vara uma solicitação de um ofício relatando o atual estado de saúde de Maria, para fins de retorno ao abrigo. Encaminhamos para a Vara o ofício relatando que Maria ainda se encontrava com o casal e que estava muito bem, sendo cuidada de maneira específica e diferente da realidade do abrigo. Havia um cuidado especial, atenção individual e exclusiva, carinho individual e exclusivo, ela se sentia mais segura, pois no abrigo todos tem que dividir a atenção, o amor e o carinho dos educadores.*

*Nesse período de convivência, o casal se rendeu aos encantos da pequena Maria e nos questionou sobre a possibilidade de pegar a guarda da menina. O abrigo orientou o casal a procurar a Vara e ver como se daria a tramitação do processo.*

*.Logo em seguida a Vara nos mandou outro ofício pedindo a volta de Maria para o Abrigo com urgência, alegando que existe uma fila de espera para adoção. E que o abrigo não podia interferir em tal processo. Mandariam um casal cadastrado para visitá-la.*

*Depois de ter voltado ao abrigo, Maria mudou totalmente seu comportamento. Demonstrava sentir muito a falta do casal Pedro e Luiza e passou a ter muitas crises de choro.*

*O casal Pedro e Luiza já estava inscrito na Vara, pois já tinham um filho adotivo quenessa ocasião estava com 32 anos. A partir de todas essas mudanças na vida da pequena Maria, eles sentiram todo o sofrimento da criança e entenderam que o Abrigo estava de mãos atadas, pois dependíamos de uma resposta da Vara de qual seria a posição tomada. O abrigo somente enviou relatórios semanais informando a Vara da atual situação da criança, sendo que a decisão final era do juiz.*

*Continuamos mandando ofícios semanais para a Vara sobre a Maria. Várias visitas foram feitas ao casal Pedro e Luiza. Posteriormente, recebemos a notícia de que havia sido concedida a guarda provisória da Maria para o casal Pedro e Luiza. Acho que a posição do abrigo foi fundamental. Sem os relatórios semanais que nós enviávamos, acho que a Vara não teria tomado uma atitude tão rápida com relação a esse caso e tudo iria se perder em 2 ou 3 anos.*

## **Análise do relato**

Nossa primeira pontuação refere-se ao fato de que nos pusemos a trabalhar e a pensar sobre um relato escrito, da perspectiva de uma educadora de abrigo, da história de uma criança em seu percurso em uma instituição de acolhimento. Desta forma, é importante remetermos as compreensões e desdobramentos que dele pudemos ter, aos limites impostos por essa forma de trabalho.

A leitura que fizemos desse relato escrito também se constitui num recorte estabelecido pelas questões apresentadas no desenvolvimento que fizemos acima.

O relato inicia nos contando sobre as circunstâncias em que Maria foi encontrada em um terreno baldio junto a moradores de rua e “**Nenhum** dos presentes era responsável por ela; a mãe não estava e **ninguém** deu maiores informações.”

Nenhum, ninguém deu a conhecer Maria. Estava junto com outras pessoas, mas estava por si só, ou estava só. É a **Maria por si mesma**.

No desenrolar da narrativa, ficamos sabendo que Maria tinha dois anos quando foi encontrada e encaminhada para o abrigo.

Logo que chega ao acolhimento institucional, Maria é vista como a **Maria por si mesma**.

**Evitava, rejeitava e fugia** de qualquer contato, quer com os adultos, quer com as crianças. Não só rejeitava qualquer tipo de contato, mas resistia aos cuidados que lhe eram oferecidos, rejeitava toda a ajuda dos adultos na alimentação e na hora de se vestir: “Quando os educadores iam ajudá-la ela chorava e gritava até que eles se afastassem”; “Sempre teve autonomia para comer e se vestir sozinha”.

Autônoma, dona de si, Maria além de querer fazer as coisas por ela mesma, insistia em fazê-las de seu modo: “No meio da noite saía da cama e ia para o chão frio (...) os educadores sempre a colocavam de volta na cama, mas ela **insistia** e ia para o chão.”

Como terá sido para Maria deixar a situação de rua e passar a viver em um abrigo? Que sentido dar ao comportamento de evitar, rejeitar e fugir do contato com o outro? O que Maria nos conta nessas cenas? O que teria provocado nos educadores esses comportamentos de Maria? Quais os cuidados que os educadores poderiam lhe oferecer? O que ela quer, afinal?

Momento delicado esse da chegada de uma criança no abrigo, que demanda de seus profissionais interrogarem-se sobre esse sujeito que se apresenta, sobre o que busca comunicar com suas manifestações, sobre como oferecer os cuidados necessários respeitando a sua singularidade. Acreditamos que o conhecimento da história prévia da criança por parte dos educadores pode contribuir para a construção de sentidos para aquilo que a criança busca comunicar. O abrigamento significou uma ruptura dos laços afetivos que Maria tinha na condição de moradora de rua, que por mais precários que fossem, eram seus, pertenciam-lhe.

Estas rupturas tem um custo psíquico para a criança, o que é captado de alguma forma pelos educadores, ao decidirem colocar um colchão no chão, oferecendo à Maria a possibilidade de uma continuidade entre a vida na rua e a vida no abrigo. O chão era o seu

berço e era esse familiar que ela buscava reencontrar todas as noites, como possibilidade de ligação entre a vida de antes e a vida de agora.

A narrativa continua e ficamos sabendo que após um breve período Maria passa a ser vista como uma criança como as outras: relaciona-se com as outras crianças e com os educadores, brinca, demonstra sentir a falta daqueles com quem mantém relacionamentos significativos.

O que levou a essa mudança?

O relato mostra a mobilização e a atenção dos profissionais do abrigo para cuidarem de Maria.

“(…) colocamos um colchão no chão da sala para ela dormir.”

“(…) todos os educadores e educandos tiveram um cuidado especial com ela.”

“(…) tivemos várias reuniões entre os funcionários para chegar ao método que deveríamos trabalhar com ela.”

“(…) Encaminhamos para fonoaudiólogo e ela participou de atendimento com psicólogo e psicopedagogo no abrigo.”

Por ocasião do surto da doença contagiosa o abrigo encaminhou Maria para o casal de voluntários; informou a Vara sobre sua decisão; conversaram com o casal sobre vários pontos antes de Maria ir para a casa deles; durante todo o tempo em que Maria esteve com eles, o casal foi orientado e acompanhado pelo abrigo.

Diante da manifestação do casal de voluntários em adotar Maria, o abrigo os orienta a procurar a Vara; informa semanalmente a Vara sobre a Maria. Ao final, a educadora reconhece que a posição do abrigo foi fundamental para a decisão judicial em conceder a guarda provisória de Maria para o casal de voluntários.

Os recortes que acabamos de apresentar mostram que certamente houve a constituição de um vínculo amoroso entre os profissionais de abrigo e Maria, bem como a importância da função que desempenham para os possíveis desfechos de sua história.

No entanto, algumas passagens desse relato permitiram-nos entrever que os profissionais do abrigo não o vêem em condições de oferecer o afeto que Maria necessita. Nesse sentido, a “mudança positiva” de Maria foi atribuída ao trabalho realizado no abrigo pelo casal de voluntários, perdendo de vista que se Maria pôde aceitar (agora sim!), os cuidados oferecidos, é uma marca de uma nova capacidade de ligação e vinculação com o outro, capacidade que brota durante sua permanência no abrigo. Observamos em Maria um

novo movimento: de sua ação de evitar, quando de sua chegada ao abrigo, para outro de se aproximar.

No surto da doença contagiosa, com a saída de Maria do abrigo, houve uma preocupação em deixar claro para ambos, para o casal e para ela, que a permanência na casa seria provisória e que ela retornaria ao abrigo.

Percebemos no relato da educadora momentos de grande dificuldade a partir do surto da doença: “Vimo-nos numa situação difícil... dar conta de cuidar dessas crianças [contaminadas]... Maria foi uma dessas que ficaram doentes. Só que o seu caso foi bem mais grave devido à idade”.

A demora da Vara em responder às solicitações do abrigo levou a equipe a contar com a iniciativa de voluntários. Vive-se no abrigo repetições constantes da experiência de desamparo, na medida em que não recebem das diversas instituições que compõem a rede de atendimento, o apoio necessário para a superação das várias crises com as quais se deparam. Este apelo não escutado, deixa a equipe “contaminada” pela experiência do desamparo e isto retorna para os profissionais do abrigo como desvalorização do trabalho que desenvolvem.

A convicção dos educadores de que numa família ela estaria mais bem cuidada é tão intensa que nenhuma referência ou preocupação é mencionada no relato sobre os efeitos que uma nova separação das pessoas significativas pudesse produzir em Maria. Ainda mais se considerarmos que este período no abrigo produziu uma estabilização emocional conquistada pela constância, permanência e continuidade de seu novo ambiente. Estando doente, Maria talvez necessitasse ainda mais estar perto de seus objetos de maior apego.

Percebemos que, muitas vezes, os efeitos das separações entre as crianças e seus educadores são subestimados por estes, em função da dificuldade de valorização plena de sua função: *“Eles supriam todo o cuidado e carinho que ela precisava, e também davam todo o suporte caso precisasse comprar algum medicamento. Todo esse tempo o casal foi orientado e acompanhado pelo abrigo.”*

Da mesma forma, ao informarem à Vara sobre o estado de saúde de Maria quando ela se encontrava na residência do casal de voluntários, diz: “(...) Maria (...) estava bem, sendo cuidada de maneira específica e diferente da realidade do abrigo. Havia um cuidado especial, atenção individual e exclusiva, carinho individual e exclusivo (...) no abrigo todos tem que dividir a atenção, o amor, e o carinho dos educadores.”.

Há no trecho destacado a suposição de que na família há atenção individual e exclusiva e, além disto, que a atenção e o carinho individuais e exclusivos são necessários ao desenvolvimento saudável da criança. Cabe então nos perguntarmos: Não seria um desejo, geralmente, presente em todos nós termos atenção e carinho individuais e exclusivos? Mas, não seria uma “tarefa” de todos nós aprendermos a dividir a atenção, o amor e o carinho daqueles a quem amamos?

Novas desestabilizações...

*“Em seguida a Vara nos mandou outro ofício pedindo a volta de Maria para o Abrigo com urgência, alegando que existe uma fila de espera para adoção e que o abrigo não podia interferir em tal processo. Mandariam um casal cadastrado para visitá-la.*

*Depois de ter voltado ao abrigo, Maria muda totalmente seu comportamento. Demonstra sentir muito a falta do casal Pedro e Luiza e tem muitas crises de choro.”*

A mudança total de comportamento é a forma encontrada por Maria para comunicar suas dificuldades de dar conta da série de ligações e separações que lhe são impostas num curto período de tempo. Das reações de Maria na saída do abrigo e a chegada à casa do casal no período em que esteve doente não temos nenhuma notícia, como se nesta condição tão idealizada nenhum tipo de sofrimento pudesse acontecer.

Assim, mesmo diante do muito que os profissionais fizeram por Maria sentem-se de “mãos atadas” frente ao seu sofrimento. Isso nos intrigou muito. O que será que produz essa sensação “de mãos atadas”, de impotência e de insuficiência nos educadores? Será o peso dos ideais que reduz a pouco, aquilo que é da ordem do possível? Será efeito da proximidade psíquica com essa criança, que ao chegar ao abrigo é a imagem do desamparo: nada, ninguém responsável por ela. Aqueles que cuidam de bebês e crianças pequenas são constantemente tocados em suas partes mais frágeis e vulneráveis; não podemos subestimar os mecanismos defensivos ou mesmo depressivos que podem operar nos educadores em contato com afetos tão intensos e primários do humano.

Além disso, os educadores são a principal referência afetiva das crianças em situação de abrigamento. Isso os coloca em posição de “conversar” com as Varas da Infância, que em sua função de assegurar o cumprimento da lei, muitas vezes expõe a criança a situações de grande sofrimento psíquico. Os educadores, por seu lado, como observamos acima, atuam

num pleno exercício de maternagem que busca proteger e preservar a criança dos excessos psíquicos com os quais pode ser sobrecarregada. Assim, entendemos o grande investimento desta equipe em evitar que Maria não passasse mais uma vez por novas rupturas, por entenderem que repetições sucessivas de separações, poderiam colocar em risco sua capacidade de estabelecer novos vínculos, dificultando o processo de adoção.

### **Para concluir...**

A provisoriedade e a transitoriedade da medida de acolhimento institucional [abrigamento] surgiram como condição para impedir que os longos períodos de institucionalização das crianças privadas do convívio familiar dificultassem a retomada dos vínculos familiares e comunitários. Mas, como vimos, esses termos vão assumindo sentidos, funções e deslizamentos, muito além dos originalmente pensados. Aparecem como correlatos à desvalorização da instituição em relação à família; são vistos em si mesmos como um impedimento para o estabelecimento de vínculos e parece-nos, ainda, representar uma defesa frente ao desamparo vivido pelas crianças do abrigo. São sentidos que não se excluem, mas se entrelaçam configurando uma complexidade que precisa ser desvendada. Assim, poderemos pensar o abrigo como um lugar de encontros, capaz de possibilitar o *vir a ser* da criança no percurso de novos trajetos.

### Bibliografia

ARAGÃO, R. O. – *Formação dos profissionais da primeira infância – importância da vinculação afetiva com o bebê*. Palestra proferida no Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro, em 25 maio de 2007.

CYRULNIK, B. *O Murmúrio dos fantasmas*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2005.

FREUD, S. *Sobre a transitoriedade*(1915). Edição Standard das Obras completas de Sigmund Freud. Vol. Rio de Janeiro: Imago, 1974. V. XIV.

MARIN, I.S.K.- *Febem, família e identidade: O lugar do Outro*. São Paulo: Escuta,1999

WINNICOTT, D.W.- *Privação e Delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.